



MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

Gabriela Mantovani Kawaguchi
Lucas Biagini Muniz e Borges
Mariana Sala

INFORMES TEMÁTICOS 2022

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([GEDES](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "[Informes Temáticos](#)", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2022, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "[Informes Temáticos](#)" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" de 2022: Ameaças à democracia; Ditadura, Memória e Justiça; Indústria e Orçamento de Defesa; Giro Internacional; e Militares no governo Bolsonaro.

O Informe Temático aqui apresentado, "Militares no governo Bolsonaro", foi elaborado por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2022

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Ismara Izepe de Souza
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Abrahão Henrique Alves de Lima
- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasio Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Grazielly Dourado Santos
- Marcela Furlan de Cena
- Leticia Beneves
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: Presidente da República Jair Bolsonaro participa de comemoração do Dia do Exército Brasileiro. Foto: [Isac Nóbrega/PR](#)

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). KAWAGUCHI, G. M.; BORGES, L. B. M.; SALA, M. Militares no governo Bolsonaro. Informe Temático 2022. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2024.

MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

Gabriela Mantovani Kawaguchi
Lucas Biagini Muniz e Borges
Mariana Sala
Graduandos em Relações Internacionais -
UNIFESP

Em 2022, o último ano do governo de Jair Bolsonaro, houve uma intensificação da presença militar em cargos estratégicos, com destaque para a influência em áreas-chave como saúde, energia e meio ambiente. Neste informe, avaliamos que a cobertura dos jornais da grande imprensa revela como essa militarização ocorreu em meio a críticas da imprensa e preocupações a respeito da integridade democrática, com destaque pelo contexto eleitoral. O texto também aborda as tensões entre os Poderes Executivo e Judiciário, evidenciando como os militares tiveram destaque em debates sobre possíveis interferências no processo eleitoral. Por fim, o informe destaca a mudança no tom da mídia ao longo dos anos do governo Bolsonaro, de um inicial apoio à atuação técnica dos militares para críticas ferrenhas sobre seu envolvimento político-ideológico, apontando para o impacto dessa ocupação nas instituições democráticas.

República da Caserna: Uma burocracia politizada

O ano de 2022 seguiu a tendência, desde 2019, início do governo de Jair Messias Bolsonaro, de aumento substancial de ocupação de cargos

públicos por militares da ativa e da reserva. Entretanto, por ser um ano eleitoral, verificou-se que houve mais afinco em aparelhar as instituições de

Estado, visando uma possível manutenção no governo, através de um golpe. Dessa forma, postos estratégicos, como na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e na Petrobrás, foram aparelhados pela caserna. Um dos casos mais memoráveis dessa presença, o Ministério da Saúde, novamente figurou nas manchetes que ressaltavam a incompetência logística na gestão da pandemia. Vale ressaltar ainda que a grande maioria dos militares nomeados para postos do governo não tinham experiência ou qualificação na função.

Por exemplo, estreou nos jornais o general da reserva Ridauto Lúcio Fernandes e o tenente-coronel do Exército Reginaldo Ramos Machado – com cargos importantes no Ministério da Saúde, encabeçado, a época (2021), pelo então general da ativa Eduardo Pazuello –, com acusações por erros na distribuição de vacinas pediátricas contra a Covid-19 para os estados. Em outro caso, a Funai – que em março de 2022 teve um coordenador regional preso pela Polícia Federal sob a acusação de arrendamento de terras indígenas para pecuaristas –, tinha na época, segundo dossiê produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), 39 coordenadores regionais, sendo que 25 chegaram ao cargo no governo de Bolsonaro sem terem experiência prévia na Funai e 16 eram militares.

Essa tendência se manteve na cúpula do governo, com uma presença ímpar

que se estendia do Ministério de Minas e Energia, com o almirante Bento Albuquerque – que se mostrou ineficiente em negociações políticas, a exemplo do caso do aumento dos combustíveis, causando sua saída ainda em março de 2022 –, até a vice-Presidência, ocupada durante o governo pelo general Hamilton Mourão e depois, na corrida eleitoral, pelo general Walter Braga Netto, ex-Ministro da Defesa, cargo assumido pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. A escolha de vice para a chapa de reeleição foi questionada pelos apoiadores do centrão, que tinham preferência pelo nome que ocupava o Ministério da Agricultura, Tereza Cristina. O general Augusto Heleno – ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e um dos militares mais próximos da família Bolsonaro – também mostrou interesse no cargo.

Ainda tendo em vista as eleições do final do ano, notou-se a escalada de tensões entre o Poder Executivo – especialmente na figura do presidente – e o Poder Judiciário. Para a cerimônia de posse para presidente e vice-presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apesar do contexto conturbado, os próprios ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes convidaram o chefe do Executivo pessoalmente. No entanto, o ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva – esperado para assumir a Diretoria-Geral do TSE – desistiu do cargo por questões pessoais, sob rumores da imprensa

que a desistência fora acarretada pelo conflito entre os Poderes.

Do lado oposto da corrida eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva – pré-candidato à presidência da República – ressaltava a necessidade de desmilitarizar o governo e exonerar cerca de 8.000 militares de cargos comissionados. O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou, em 2020, que o número de militares no governo federal mais do que dobrou quando comparado à presidência de Michel Temer, entre 2016 e 2018. A mídia apontou, também, uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatando o aumento numérico castrense nos cargos de maior prestígio, como no Ministério da Economia, do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação.

A militarização governamental foi marcada de forma acentuada por ilegalidades. A imprensa noticiou uma auditoria da Controladoria Geral da União apontando irregularidades na contratação de militares, tanto

relacionada ao acúmulo de funções simultâneas, quanto ao pagamento de salários acima do teto constitucional. Segundo O Estado de S. Paulo, tais inadequações geraram cerca de R\$5,2 milhões de despesas para a União.

No final do ano, com a vitória de Lula já constatada, houve cobertura frequente sobre a área de Defesa nos jornais. Apesar de manifestações prévias contrárias à ocupação de militares no governo, o presidente eleito optou por não afrontar a caserna, tática que se tornou ainda mais notável com a nomeação de José Múcio para o Ministério da Defesa. Apesar de ser um civil, Múcio tem histórico de boas relações com as Forças Armadas, tendo sido, inclusive, elogiado por Bolsonaro anteriormente. Por fim, o general Júlio César de Arruda, o almirante Marcos Sampaio Olsen e o brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, foram escolhidos com base no critério de antiguidade.

**Ministros Militares no Governo Bolsonaro
(2019 - 2022)**

Bolsonaro iniciou seu governo em 2019 com 22 ministérios, havendo aumento de uma secretaria durante todo o período de mandato. Assim, em 2022, ao fim do Governo, eram 18 Ministérios, duas Secretarias e três Órgãos Federais, contabilizando **23 instâncias** com categoria Ministerial. Nesse sentido, se faz relevante a presença dos militares em postos chaves, visto que, de acordo com nossas pesquisas, foram **12 militares** da alta cúpula das forças armadas, tanto da ativa quanto da reserva, que passaram pelo cargo mais alto de **9 Ministérios**. Levando em conta esses números, em média, **39% dos Ministérios* foram chefiados pela caserna** em algum momento do mandato.



Wagner Rosário

Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União e capitão do Exército

31/05/17 - 31/12/22



Augusto Heleno

Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e general da reserva

01/01/19 - 31/12/22



Marcos Pontes

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações e tenente-coronel da FAB

01/01/19 - 31/03/22



Fernando Azevedo e Silva

Ministro da Defesa e general da reserva

01/01/21 - 29/03/21



Tarcísio de Freitas

Ministro da Infraestrutura e militar da reserva

01/01/19 - 31/03/22



Bento Albuquerque

Ministro de Minas e Energia e almirante de esquadra

01/01/19 - 11/05/22

*Relação feita a partir das publicações do [Diário Oficial Da União](#) e [Portal da Câmara dos Deputados](#).



Carlos Alberto dos Santos Cruz

Ministro-chefe da Secretaria de Governo e general da reserva

01/01/19 - 13/06/19



Paulo Sérgio Nogueira

Ministro da Defesa e general da reserva

01/04/22 - 31/12/22



Floriano Peixoto Vieira Neto

Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência e general da reserva

18/02/19 - 20/06/19



Walter Braga Netto

Ministro-chefe da Casa Civil e general da reserva

18/02/20 - 29/03/21

Ministro da Defesa

29/03/21 - 01/04/22



Eduardo Pazuello

Ministro da Saúde e, na época, general da ativa

16/05/20 - 23/03/21



Luiz Eduardo Ramos

Ministro-chefe da Secretaria de Governo
13/06/19 - 29/03/21

Ministro da Casa Civil
29/03/21 - 28/07/21

Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência
28/07/21 - 31/12/22

Recalculando a rota: Caserna sob críticas

Neste último ano de governo Bolsonaro, nota-se uma consonância dos três jornais aqui analisados - Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo - no sentido de críticas negativas à alta presença dos militares no governo, inclusive com utilização de tom jocoso perante os escândalos revelados ao longo do ano. Vale pontuar que tal posicionamento diverge profundamente daquele proferido em 2019, pois, quando os primeiros ministros advindos das Forças Armadas foram indicados, havia um claro aceno positivo a essas escolhas. Por exemplo, colunas e editoriais ressaltavam uma suposta qualidade técnica da "ala militar" e colocando-a em oposição à "ala ideológica", parte civil do governo composta pelos ministros civis ligados à "filosofia" de Olavo de Carvalho, prevalecia sob as páginas da mídia.

Dessa forma, ao decorrer do governo, o tom crítico foi se intensificando, não mais colocando os militares à parte do extremismo dos demais ministros, mas incluindo-os como parte vibrante da produção ideológica e fielmente apoiadores da gestão bolsonarista. Assim, 2022 significou o ápice da guinada ao tom negativo proferido contra a caserna, impresso nos editoriais e colunas do Estadão, Folha e Correio. Além disso, dentre os três cadernos diários, o que se manteve mais ponderado nas críticas foi o Estadão, que não dedicou grande espaço a esse tema. Por outro lado, a Folha de S. Paulo e o Correio Braziliense se posicionaram firmemente contra a presença militar no governo. A seguir alguns exemplos memoráveis dessa mancha na imagem das Forças Armadas:



Foto: Lula Marques/ Agência Brasil

O caso da recusa do general Heleno de fornecer informações sobre reuniões no Palácio do Planalto foi criticado pelo Correio Braziliense, que ressaltou como essa omissão poderia incentivar abusos de poder e enfraquecer a confiança da população na administração pública. (Correio Braziliense - Opinião - 14/04/22)

O humorista Ricardo Araújo Pereira utilizou a sátira em uma coluna na Folha de S. Paulo para criticar a falta de clareza nas aquisições militares, mais especificamente se referindo ao caso da compra de Viagra pelo Exército. (Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 17/04/22)



Foto: Adriano Machado/Reuters



Foto: Sérgio Lima/Poder 360

Ainda na Folha, o colunista Vinicius Sassine optou por uma análise mais crítica e profunda, destacando a ausência de moderação entre o presidente e os generais do Exército. Sassine evidenciou a ligação estreita entre Bolsonaro e os militares, alertando para o risco de manipulação das instituições em prol de interesses políticos. (Folha de S. Paulo - Opinião - 26/04/22)

Por fim, nos últimos meses do ano, os jornais transparecem grande temor frente às possíveis influências dos militares governistas no processo eleitoral. Tanto a Folha de S. Paulo, quanto o Correio Braziliense, por exemplo, externaram preocupação com a inclusão do Exército na

Comissão de Transparência do processo eleitoral, deixando claro os possíveis prejuízos que a politização das Forças Armadas poderia trazer às instituições democráticas e à sociedade como um todo.

Brasil: Pátria do esquecimento

Ao analisarmos a temática do emprego de militares na administração pública do governo Bolsonaro, é necessário ter em mente como se deu o processo de redemocratização no Brasil, pois os resquícios do regime autoritário e da falha da sociedade e da justiça brasileiras em reconhecer e punir os responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura estão diretamente ligados à continuação da influência que os militares, impropriamente, exercem na política.

Para uma sociedade concretizar plenamente uma democracia consolidada após um regime militar é preciso que não apenas os militares parem de interferir na política, mas também que o poder civil garanta totalmente a subordinação das forças armadas e o controle sobre a política de defesa. No caso brasileiro, quando o presidente Figueiredo assinou, em 1979, a Lei da Anistia "ampla, geral e irrestrita" – perdoadando os perseguidos políticos, mas também os homicidas e torturadores capangas das forças armadas, que barbarizaram mulheres na frente de seus próprios filhos –, ele assinou também a condenação do Brasil a um futuro sem memória.

A Anistia deu brecha para um crescente revisionismo da ditadura em momentos de crise; quando o sistema

político parece decadente aos olhos da população, os militares são vistos como uma alternativa para trazer novamente a ordem, a competência técnica; afinal, se os responsáveis por tal regime não foram condenados e punidos por nenhum crime, por que deveríamos ver suas ações como condenáveis? Nesse sentido, após a turbulência política que caracterizou o último mandato da presidenta Dilma Rousseff (2015-2016), os militares encontraram uma oportunidade, desde o mandato de Temer, de se infiltrar novamente na administração pública. No governo Bolsonaro, conforme descrito anteriormente, essa tendência só se expandiu.

Diante da cobertura que os veículos analisados fizeram da ocupação militar no governo Bolsonaro durante o ano de 2023, é importante que o leitor se atente à trajetória que a mídia percorreu durante todo o mandato. Em 2019, ao invés das críticas ácidas observadas no final da administração, os militares eram retratados de forma positiva, competente e técnica. Após os desastres promovidos pela administração — passando pela pandemia, pelos escândalos de corrupção, pelas tentativas de impedir o processo eleitoral —, o tom mudou. Dessa forma, é notável que a imprensa teve um papel importante promovendo a boa imagem da

caserna, e apenas posteriormente, ao ver que a manutenção era inviável, fez sua *mea culpa* e tentou se distanciar ao máximo da perspectiva anterior.

Tendo ciência disso, a população precisa reconhecer não apenas a memória da ditadura e das atrocidades que os militares cometeram, mas também a responsabilidade da mídia na promoção do revisionismo. Os veículos de imprensa brasileiros frequentemente falham em incentivar a consolidação da democracia; valores

como a subordinação militar e o controle civil costumam ser menosprezados e esquecidos. Não podemos esquecer. Não podemos esquecer a violência do regime militar, as falhas do processo de redemocratização, as consequências de infiltrar novamente a caserna no governo. A democracia requer que os militares deixem de influenciar completamente nas decisões políticas e se adequem a seu lugar constitucional: a de burocracia do Estado, meros funcionários do poder civil.

Para saber mais

Retrato Narrado. Locutor: Carol Pires. Local: Rádio Novelo, 30 de setembro de 2020. Podcast. Disponível em: [link](#). Acesso em: 28/08/2024..

DE HOLANDA SCHMIDT, Flávia. Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal. Nota Técnica. Brasília - Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ano: 2022. Edição 1ª
